

Auxílio multiplica valor do Bolsa Família

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Benefício de emergência durante pandemia deve durar ao menos três meses; economistas falam em manter aumento após quarentena Beneficiários dizem que acréscimo não apaga as dificuldades causadas pelo coronavírus. Quando a manicure Luana Santana, de 27 anos, viu que o número de clientes só diminuía com o avanço dos casos do novo coronavírus, ela ficou sem saber o que fazer. “Todo mundo ficou preocupado, porque tenho dois filhos e dependia do trabalho para viver. Nem sabia que tinha direito ao auxílio emergencial. Descobri por acaso e ainda lembro do alívio que senti ao receber o dinheiro.” Queda de receitas deve levar a onda de revisões de contratos de concessão Luana, que era beneficiada pelo Bolsa Família com R\$ 78 por mês, passou a receber R\$ 1,2 mil de auxílio, por ser mãe solteira. “O benefício demorou para ser aprovado. Só via a despensa ir ficando mais vazia, até que saiu. Nem foi preciso pensar muito. Assim que o dinheiro caiu, eu corri para o supermercado.” De uma hora para outra, as famílias que recebem o Bolsa Família viram seu benefício multiplicar de valor com a pandemia do novo coronavírus. Entre abril e maio, foram beneficiadas pelo programa 14,27 milhões de famílias. Quem antes recebia benefícios de até R\$ 205 por mês, passou a receber de três a seis vezes mais, entre R\$ 600 e R\$ 1,2 mil mensalmente, por três meses – tempo previsto de duração do auxílio emergencial. Como a principal dificuldade que o governo tem para distribuir o benefício é chegar até as 11 milhões de pessoas que não estavam cadastradas em programas sociais antes da pandemia da covid-19, o Bolsa Família se transformou em questão de meses de alívio de descaso em solução para a distribuição de recursos para os mais vulneráveis. Se em fevereiro a fila de brasileiros aguardando para entrar no Bolsa Família chegava a 3,5 milhões de pessoas, em meio à pandemia o cadastro antecipado e a rede de distribuição do programa garantiram a via mais rápida de distribuição do auxílio emergencial pelo governo. Para o economista da Fundação Getulio Vargas (FGV) Marcelo Neri, o benefício triplicado teria de ser acompanhado de um programa de finanças pessoais, para que as famílias se preparem melhor para lidar com o aumento do benefício. “Não é comum que se conceda o equivalente a seis benefícios de Bolsa Família de uma vez só. Embora o cenário atual exija um benefício maior para as famílias.” Há mais de um mês, o colunista do Estado Pedro Fernando Nery já alertava que o programa era o instrumento mais efetivo para repor a renda que as famílias irão perder durante a pandemia. “Boas propostas de reforma do Bolsa Família já tramitavam desde o ano passado.” Renovação Economistas ouvidos pela reportagem discutem que o Bolsa Família deve ser ampliado para um valor maior por mais tempo do que os três meses do benefício de emergência. Eles defendem que o valor de até R\$ 205 não vai ser suficiente para o Brasil após pandemia. Um deles é Ricardo Henriques, que ajudou a criar o Bolsa Família em 2003 e hoje é superintendente executivo do Instituto Unibanco. Ele lembra que é preciso pensar nas famílias que perderam renda, mesmo com o aumento do valor recebido do benefício. “As famílias produziam rendas complementares, muitas como informais.” Ele diz que após a crise será preciso pensar em uma política de crescimento econômico do País que contemple a transferência de renda. “Mais pessoas e famílias ficarão vulneráveis. Vai ser preciso manter essa renda mínima e um valor maior do Bolsa Família por mais tempo pode ser mesmo necessário.” Antes mesmo do início do pagamento do auxílio emergencial, no mês passado, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) já recomendava que a fila de espera do programa ficasse zerada e sugeria reajuste até permanente dos pagamentos e das linhas de elegibilidade do programa em aproximadamente 29%. “Dada a defasagem do poder de compra dos benefícios atuais do Bolsa Família e os riscos econômicos e sociais decorrentes da pandemia, parece um preço baixo a pagar para garantir um nível mínimo de bem-estar aos mais pobres”, diz o Ipea. “A fatia da população abaixo da linha da miséria vai subir. O ideal seria manter o benefício em R\$ 500 como regra permanente. É uma despesa que pode ser financiada

com a reintrodução do imposto sobre lucros e dividendos”, diz José Luís Oreiro, da Universidade de Brasília.



Afetada pelo isolamento, manicure Luana agora comemora o auxílio emergencial Foto: Daniel Teixeira/Estadão